

Mercado ilegal pode dominar 72% das apostas no Brasil até 2026, alerta relatório da Yield Sec

COBERTURAS
OUTUBRO 27, 2025

Estudo revela que sites clandestinos já movimentam mais dinheiro do que as plataformas regulamentadas, e tendência deve piorar sem ações coordenadas

APOSTAS ILEGAIS JÁ SUPERAM AS REGULAMENTADAS NO PAÍS

O mercado de apostas online no Brasil vive uma inversão preocupante. No segundo trimestre de 2025, os sites clandestinos receberam R\$ 1,04 para cada R\$ 1 apostado em plataformas regulamentadas, segundo o relatório da consultoria Yield Sec.

No primeiro semestre, o setor movimentou R\$ 35,5 bilhões, sendo R\$ 18,1 bilhões (51%) oriundos de operações ilegais e R\$ 17,4 bilhões (49%) de operadores licenciados.

A Yield Sec projeta que, até o fim de 2026, o mercado clandestino pode dominar até 72% das apostas no Brasil, impulsionado por grandes eventos esportivos como a Copa do Mundo de 2026.



divulgação

IMPACTO FISCAL BILIONÁRIO

A perda de arrecadação é alarmante. Entre abril e junho de 2025, o governo deixou de arrecadar de R\$ 1,8 a R\$ 2,7 bilhões em impostos por causa de sites ilegais. Em 12 meses, a evasão pode chegar a R\$ 10,8 bilhões, segundo estimativas de analistas do setor.

Pesquisas complementares reforçam o alerta:

- Um estudo da LCA Consultores, em parceria com o Instituto Brasileiro do Jogo Responsável (IBJR) e o Instituto Locomotiva, mostrou que entre 41% e 51% das apostas no Brasil ocorrem em plataformas não regulamentadas.

- Segundo levantamento citado pela Agência Brasil, seis em cada dez apostadores utilizaram sites ilegais em 2025.

POR QUE O MERCADO CLANDESTINO CRESCE TÃO RÁPIDO?

• Adaptação imediata dos operadores ilegais

Quando um domínio é bloqueado, outro surge quase instantaneamente. Essa agilidade digital torna a fiscalização ineficaz, já que os operadores conseguem recriar sites em minutos, mantendo o fluxo financeiro.

Para enfrentar isso, a Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA), vinculada ao Ministério da Fazenda, passou a mirar instituições de pagamento e bancos que processam transações ilegais.

A Portaria nº 566/2025 estabeleceu novas regras, proibindo o uso de contas bancárias por sites não autorizados e exigindo controles antifraude das instituições financeiras.

• Publicidade irregular nas redes

Mesmo proibidos, anúncios de apostas ilegais continuam a circular em redes sociais.

Em agosto, a Advocacia-Geral da União (AGU) notificou a Meta (dona do Facebook e Instagram) para remover conteúdos irregulares em até 48 horas e impedir novos impulsionamentos de empresas sem licença.

Em setembro, a SPA, a Anatel e a Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL) firmaram um acordo de cooperação técnica para fortalecer bloqueios e criar um laboratório cibernético de rastreamento de apostas ilegais.

REGULAMENTAÇÃO EM CONSTRUÇÃO E NOVOS DESAFIOS

As apostas de quota fixa foram autorizadas no Brasil pela Lei nº 13.756/2018, mas só ganharam regulamentação efetiva com a Lei nº 14.790/2023, que incluiu jogos online e criou a SPA em janeiro de 2024.

Entre as principais exigências para operadores regulamentados estão:

- Identificação e prova de vida dos jogadores;
- Contas bancárias em nome do usuário;
- Proibição de depósitos em dinheiro ou boleto;
- Políticas robustas de segurança da informação;
- Monitoramento de integridade esportiva;
- Proibição de menores de 18 anos e de apostas em categorias de base.

Mesmo assim, o debate segue aceso. O Projeto de Lei 2842/23, em tramitação, propõe proibir apostas em “lançes individuais”, como escanteios e cartões — medida que, segundo especialistas, poderia empurrar apostadores novamente para o mercado ilegal.

RISCOS PARA CLUBES, PATROCÍNIOS E INTEGRIDADE ESPORTIVA

Se o mercado clandestino continuar crescendo, o futebol brasileiro pode ser um dos mais prejudicados.

De acordo com Ismail Vali, CEO da Yield Sec, se o crime dominar mais de 60% do mercado, os clubes perderão patrocinadores; se atingir 75%, metade dos contratos pode desaparecer.

Atualmente, todos os clubes da Série A têm patrocinadores de apostas — cerca de 90% das empresas do setor ocupam o principal espaço da camisa.

Em agosto de 2025, o Flamengo assinou um contrato recorde de R\$ 268,5 milhões com a Betano, superando em muito os valores do patrocínio bancário que recebia cinco anos atrás.

Além do impacto financeiro, há risco direto à integridade esportiva:

casas regulamentadas são obrigadas a reportar suspeitas de manipulação de resultados, enquanto sites ilegais operam sem qualquer controle ou rastreabilidade.

PERFIL DO APOSTADOR VULNERÁVEL E A RESPOSTA DO SETOR

Um estudo do Banco Central indica que 17% dos beneficiários de programas sociais já realizaram apostas — muitos enviando valores via Pix para sites ilegais.

Outro levantamento do Instituto Locomotiva mostrou que 78% dos apostadores não sabem identificar se um site é regulamentado, e 46% já depositaram dinheiro em plataformas irregulares.

Em resposta, o IBJR lançou a campanha “Chega de bode na sala”, para alertar sobre os riscos das bets ilegais e incentivar o uso de sites regulamentados.

UM CENÁRIO QUE EXIGE AÇÃO COORDENADA

O Brasil vive um momento crítico. O mercado ilegal já superou o legal — e tudo indica que essa diferença tende a crescer.

Mais ilegalidade significa:

- Menos arrecadação;
- Risco à integridade esportiva;
- Erosão da confiança pública.

As medidas atuais — bloqueios de domínios, notificações a redes sociais e restrições financeiras — são importantes, mas ainda fragmentadas.

Sem integração entre órgãos públicos, cooperação internacional e educação do apostador, o jogo continuará desequilibrado — e o mercado clandestino, vitorioso.